

CASAS COMERCIAIS FRANCESAS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XIX: FONTES PARA A PESQUISA HISTÓRICA

Denise Mattos Monteiro*

O TEMA

A pós os processos de independência política que deram origem às nações latino-americanas, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, mercados antes monopolizados pelas metrópoles ibéricas abriram-se ao comércio internacional. No contexto do livre cambismo, exigido pela expansão do capital industrial na Europa, inúmeras casas comerciais européias –inglesas, francesas e, em seguida, alemães– estabeleceram-se em diferentes países da América Latina, sobretudo a partir de meados do século XIX. Realizando os negócios de importação de produtos industrializados e exportação de matérias-primas, essas casas foram a forma concreta e inicial da presença do capital estrangeiro no continente –enquanto capital mercantil– e, por conseguinte, desempenharam um papel fundamental na Divisão Internacional do Trabalho que então se estruturava.

No Brasil, particularmente, as casas comerciais estrangeiras, como *tema de pesquisa*, têm sido pouco contempladas pela produção em história econômica, pois raros são os estudos específicos. Quanto às esparsas referências a elas existentes, restringem-se, em sua grande maioria, ao período logo posterior a 1808 –data da abertura dos portos brasileiros– ou ao final do século XIX –quando comerciantes estrangeiros controlavam, especialmente em São Paulo, os negócios do café, então o principal produto da pauta das exportações do país.

* Doutora em história econômica pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-Brasil.

Esse estado das pesquisas sobre o tema, além de implicar num grande hiato de tempo, apresenta problemas de generalização de certas idéias, por carência de estudos pontuais de base empírica.

A primeira idéia, bastante difundida, é a da primazia quase absoluta da “presença inglesa” no Brasil do século XIX. Ora, em províncias distantes do Rio de Janeiro –capital do Império– e São Paulo, principalmente aquelas situadas no litoral setentrional do Brasil, envolvendo partes das regiões nordeste e norte do país, a atuação comercial francesa teve um peso muito maior do que aquele que lhe costuma ser atribuído nos estudos sobre o capital estrangeiro no Brasil.

Neste sentido, é importante lembrar que, no decorrer do século citado, sobretudo de 1850 até o seu final, a França ocupou uma posição privilegiada nas relações comerciais externas brasileiras: o segundo país no movimento de importação e exportação de mercadorias no Brasil, logo em seguida à Inglaterra. A origem dessa posição privilegiada encontra-se no crescimento económico ocorrido nesse país no chamado 2º Império, caracterizado especialmente por um impulso industrial que passou a exigir mercados cada vez mais amplos, redundando numa expansão comercial francesa para o Brasil no período referido, e, certamente, para outros países da América Latina.

A segunda idéia refere-se à caracterização recorrente das casas comerciais francesas que atuaram no Brasil como dedicadas ao comércio varejista, de “miudezas”, cabendo aos ingleses o comércio atacadista, de mercadorias “pesadas”. Uma pesquisa mais minuciosa sobre as casas francesas revela, ao contrário, um grande número de casas importadoras-exportadoras que pertenciam a “negociantes-comissários” na França, atuavam no ramo atacadista e estavam apoiadas numa estrutura que implicava a existência de uma matriz francesa e uma filial no Brasil, o que não excluía filiais em outros países.

Informações contidas, por exemplo na publicação de Laurent-Roux, sobre os principais negociantes-comissários de Paris, em 1905, e existente nos Archives Nationales, localizado na mesma cidade, apontam um total de 1 005 desses agentes.¹ Tais informações remontam a décadas anteriores e indicam que, desse total, 87 tinham negócios no mercado brasileiro, o que corresponde a 8.6%, atuando em sua ampla maioria como atacadistas. A fundação de suas casas comerciais, que se caracterizaram pelo estabelecimento inicial de uma matriz na França e, em seguida, uma filial no Brasil, ocorreu nas seguintes décadas, em ordem de importância: 1880 (22), 1870 (18), 1850 (16), 1860 (14), tendo sido fundadas uma no século XVIII, uma em 1815, uma em 1820, duas em 1840, oito em 1890 e três já no século XX.

Das 87 casas, 35 tinham filiais apenas no Brasil, ou seja, 40.2%. As demais possuíam também outras filiais nos seguintes países e/ou áreas, em ordem de importância: Argentina-Uruguaí, Antilhas, Inglaterra, Portugal, Espanha, Amé-

¹ Laurent-Roux, L., Office Commercial, *Adresses des principaux négociants-commissionaire*, Obert-hur, Paris, 1905 (Archives Nationales, série F 12 –Commerce et Industrie).

rica do Norte, Chile, México, Índias, Alemanha, China, Rússia, Colômbia, Peru, África, Venezuela, Escandinávia, Áustria-Hungria, Pérsia, e ainda nas Filipinas, Austrália, Turquia, Bélgica, Bolívia e Japão.

As filiais dessas casas francesas no Brasil foram estabelecidas, sobretudo, nas grandes cidades portuárias do Rio de Janeiro, Recife e Salvador, mas também em cidades de menor importância e em diferentes regiões brasileiras.

Esse dado suscita o problema mencionado da generalização de idéias por carência de pesquisas empíricas e estudos pontuais. Refirimo-nos aqui à grande importância dos estudos de recorte regional em países de dimensão continental como o Brasil. Isso é tanto mais importante quando o tema em questão remete ao século XIX, quando muitas províncias brasileiras mantinham mais elos comerciais com o mercado externo do que entre si, especialmente aquelas localizadas no litoral setentrional do país.

Como atuavam os comerciantes estrangeiros, particularmente as casas comerciais francesas, nas diferentes regiões do Brasil? Qual o seu papel na articulação de economias locais ao mercado internacional? Quais os efeitos dessa atuação/articulação ao nível interno dessas economias?

Num estudo por nós desenvolvido, analisamos o caso específico de uma província brasileira situada na região Nordeste do Brasil –o Ceará.²

A integração de seu mercado às correntes do comércio internacional, que se afirmou com uma expansão agro-exportadora ocorrida nos anos 1860-1870, apoiada principalmente na produção algodoeira, determinou o estabelecimento das primeiras linhas regulares de companhias de navegação a vapor estrangeiras e atraiu comerciantes, sobretudo europeus.

Dentre estes, os franceses tiveram um papel fundamental, e, de todas as casas comerciais com essa origem, que se estabeleceram na província, uma se destacou pela sua importância crescente no mercado cearense, até pelo menos 1930: a Casa Boris Frères.

Seu processo de fundação e estabelecimento –em Paris e Fortaleza, capital da província do Ceará– correspondeu ao processo de articulação de dois mercados. Num pólo, aquele francês que, alicerçado na industrialização, impulsionou a expansão comercial. Noutro, o cearense que, apoiado na agro-exportação, integrou-se ao mercado mundial, não só como fornecedor de matérias-primas, mas também como consumidor das manufaturas francesas, devido à riqueza gerada, por essa integração, para uma parcela da população cearense. Foi, dessa forma, que nos anos 1870 –primeira década de atividade da Boris Frères no Ceará– os negócios de importação e exportação estiveram permanentemente articulados, encontrando sua expressão mais acabada no intercâmbio entre tecidos e algodão.

² Veja-se, Denise Monteiro Takeya, *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*, EDUFRRN/ HUCITEC, Natal, São Paulo, 1995.

Como típica representante da casa comercial que materializou a expansão comercial francesa para o Brasil, a Boris Frères pode desfrutar de uma posição privilegiada no mercado cearense, frente a outros comerciantes também franceses, mas, especialmente, frente aos nacionais. A análise da teia de relações que se estabeleceu, das estratégias comerciais adotadas e dos protestos dos comerciantes nativos, daí decorrentes, indica o grau de dependência destes em relação à Casa. Essa dependência foi tanto maior quanto se tratava de uma economia descapitalizada, na qual a Boris Frères pôde atuar também como casa comercial com função bancária.

Nesse quadro, aquilo que constitui uma especificidade desse mercado regional –as secas periódicas– longe de abalar seus negócios na província, fortaleceu-os, na medida em que, no contexto da grande seca ocorrida em 1877-1879, encontravam-se em posição de poder especular com as mercadorias e impor preços, estabelecendo, assim, as bases seguras de sua presença comercial no Ceará.

Em seu processo de consolidação e expansão nas décadas seguintes, a Casa se caracterizou por atividades que a reforçaram, sobretudo, como casa exportadora, refletindo, porém, as próprias vicissitudes da França na tentativa de manter sua posição num mercado mundial disputado pelas potências industrializadas. Desta forma, sua sobrevivência, que se mostrou longa, dependeu de sua capacidade de diversificação, em outras palavras, de sua capacidade de adaptar-se a esse contexto de disputas.

Na província do Ceará, a complementaridade de seus interesses com as oligarquias rurais fortaleceu seu poder econômico. Em decorrência, foi-lhe possível exercer a influência política, participando daquelas decisões de poder que iriam, em última instância, solidificar sua forte presença no contexto da economia cearense.

A atuação da casa comercial Boris Frères indica que ela, ao materializar a expansão comercial francesa para uma província específica do Brasil, desempenhou um papel fundamental no processo de integração do mercado dessa província à Divisão Internacional do Trabalho. Nesse processo, a construção de um mercado “livre” no Ceará, no século XIX –após o fim do sistema colonial–, se revelou como a construção de um mercado conquistado.

AS FONTES

A quase inexistência de estudos específicos, no Brasil, sobre casas comerciais estrangeiras deve-se à dificuldade de localização e trabalho com as fontes históricas que seriam pertinentes a esse tema de pesquisa. Acervos documentais de empresas estrangeiras que atuaram, ou ainda atuam, no país, que poderiam

constituir fontes privilegiadas, são “desconhecidos” ou não estão acessíveis a pesquisadores brasileiros.

À dificuldade de trabalho com arquivos privados de antigas casas comerciais estrangeiras, soma-se o fato de que essas casas eram, em geral, empresas familiares e não sociedades anônimas, não constando, portanto, nas raras fontes oficiais, impressas e sistematizadas, existentes para a pesquisa no Brasil.³

Entretanto, como para muitos temas de pesquisa, existem fontes disponíveis, não só no país como também no exterior, e o desconhecimento das mesmas não deve ser confundido com sua inexistência. Afinal, uma das funções do historiador é, exatamente, essa busca de registros históricos.

No que se refere à Casa Boris Frères, trata-se de uma situação bastante rara e feliz: o acervo documental da empresa –constituído essencialmente pela correspondência a ela dirigida por comerciantes e fornecedores de diversas cidades da província do Ceará– foi preservado e encontra-se, atualmente, sob a guarda do Arquivo Público daquele atual estado.

Essa correspondência, porém, como fonte histórica por nós trabalhada, apresentou um problema de difícil solução para a pesquisa: não englobando também a “resposta” da Boris Frères às cartas dos comerciantes, revelou-se “unilateral”, o que exigiu um esforço redobrado de interpretação e uma complementação com outras fontes como os Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará –ricos em dados sobre a vida econômica da província–, a Documentação Cartorial –importante na medida em que muitas dívidas com a casa foram pagas com imóveis– e, sobretudo, os Relatórios Consulares Franceses, sobre os quais falaremos mais adiante.

O estudo de casas comerciais que constituíram filiais de matrizes francesas implica, em princípio, na necessidade de busca dos arquivos das casas-matrizes. Tais arquivos podem elucidar as questões que envolvem o outro pólo da relação existente entre dois mercados, desde o processo de fundação, organização e expansão da casa até sua posição no quadro das empresas francesas no período, e na teia das relações comerciais e financeiras franco-brasileiras, como também –o que no caso de nossa pesquisa se revelou mais importante– sobre a expansão comercial francesa no Brasil no século XIX, no qual ela deve ser contextualizada.

No que diz respeito à casa Boris, a expectativa inicial existente no desenvolvimento de nosso trabalho, e que nos levou à pesquisa em arquivos franceses, foi frustrada, uma vez que nos deparamos com a inexistência do arquivo da casa matriz, desaparecido no início dos anos de 1940, no contexto do seqüestro dos bens de judeus. É bastante provável que esse seja também o caso de muitas

³ Veja-se, por exemplo: Brasil, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, *Sociedades mercantis autorizadas a funcionar no Brasil (1808-1946)*, Departamento Nacional de Indústria e Comércio, 1946.

outras casas comerciais francesas que estabeleceram filiais no Brasil, e/ou em outros países.

A inexistência do arquivo privado da casa matriz nos obrigou a “cercar” nosso objeto de pesquisa por outros caminhos, o que acabou-se revelando extremamente rico em termos de “descoberta” de fontes possíveis de pesquisa sobre a presença comercial francesa no Brasil.

Foi assim que localizamos, nos Archives Départementales de Paris, registros referentes à fundação de inúmeras empresas.⁴ Dentre elas, encontra-se a “Sociè-te Boris Frères”, fundada em 1872, naquela cidade. Os dados aí colhidos foram complementados com depoimentos gentilmente cedidos por alguns membros da família Boris, residentes em Paris e descendentes dos antigos fundadores. Mas foi, especialmente, uma série de publicações feitas a partir de meados do século XIX, visando sistematizar informações para os negociantes em geral, facilitando os contatos comerciais, que teve grande importância para nossa pesquisa. São exemplos disso: os almanaques-anuários; as publicações oriundas de “serviços de informação” criadas por grandes companhias financeiras ou de transporte, e as publicações de casas especializadas em fornecer informações sobre o crédito na praça e a confiabilidade de certos comerciantes.

Nos Archives Nationales, encontramos o “Dossiê Boris” constituído para instruir o processo, iniciado em 1889, de concessão da “Cruz de Cavaleiro da Legião de Honra da República Francesa” a membros da família Boris. Formado por oito documentos –infelizmente nem todos completos e datados–, que foram permutados entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Comércio, da Indústria e das Colônias; o “Dossiê” apresenta informações valiosas sobre a importância da casa no contexto dos interesses comerciais franceses no Brasil.

A partir do ano de 1884, a família Boris passou a representar os interesses consulares da França na província do Ceará, representação essa que se estendeu ininterruptamente até 1925 e, depois, de 1928 a 1977.⁵ Na função de agentes consulares, membros da família redigiram relatórios, hoje guardados nos Archives Nationales, com preciosas informações, sobretudo quantitativas, sobre produção, comércio e navegação naquela província.

Muitas dessas informações inexistem em fontes de arquivos brasileiros e aqui vale registrar que, no Brasil do século XIX, não tendo havido um trabalho de estatística econômica oficial e regular; os dados referentes à produção, ao comércio e à navegação eram apenas assistematicamente reunidos, e isso graças à iniciativa de algumas daqueles que, por sua função pública, lidavam com esses

⁴ Veja-se, Archives Départementales de Paris, Série D.U3 (documentação do “Tribunal de Commerce”).

⁵ Para a identificação de membros do corpo consular e diplomático francês no século XIX, o *Annuaire Diplomatique et Consulaire de la République Française*, existente nos Archives du Ministère des Affaires Étrangères, é fonte fundamental para a pesquisa.

mesmos dados, tanto a nível provincial (em geral nas repartições de alfândegas), como a nível central (nos ministérios). Assim, é possível encontrar-se dados divulgados em publicações esporádicas de algumas alfândegas mais importantes, como a do porto do Rio de Janeiro, ou como anexos a relatórios ministeriais.

O exercício da função de agente consular por proprietários de casas comerciais francesas era bastante comum no século XIX no Brasil e, provavelmente, em todos os países em que estiveram presentes. Por um lado, ao Ministério das Relações Exteriores da França, ao qual estavam subordinados os agentes, interessava o trabalho consular de comerciantes, uma vez que dessa forma dispensavam-se os custos de instalação e manutenção de funcionários do Estado específicos para esse fim por parte daquele Ministério. Por outro lado, havia uma certa pressão sobre o mesmo Ministério, por parte dos interessados nas informações comerciais e financeiras a serem recolhidas, para que os cônsules fossem recrutados exclusivamente entre comerciantes e antigos comerciantes.

Um dos aspectos da expansão comercial francesa para o Brasil foi a montagem de uma verdadeira rede coletora de informações sobre as possibilidades do país como mercado para os interesses franceses.

Para o historiador que se debruça sobre a história das relações franco-brasileiras, sob o ângulo dos documentos oficiais e da literatura pertinente francesa, o que chama de imediato a atenção é o “conhecimento” produzido sobre o Brasil, sua anciandade, regularidade, quantidade e abrangência.⁶

Era na teia da representação consular francesa que se encontrava a maior e mais sistemática fonte de informações sobre o Brasil.

A representação consular das diferentes nações —especialmente daquelas que já haviam ingressado no processo da revolução industrial e precisavam ampliar seus mercados consumidores de manufaturas e fornecedores de matérias-primas— ampliou-se “paripassu” com a vitória do livre-cambismo.

A presença da representação consular francesa no Brasil tendeu a expandir-se territorialmente na razão direta em que se expandiram as próprias relações comerciais entre os dois países e estava intimamente ligada à importância crescente ou decrescente de mercados regionais e, provavelmente, à perspectiva sobre o futuro comercial de certas áreas para os interesses franceses. Dessa forma, não apenas em importantes cidades brasileiras encontrava-se a representação consular, mas também em pequenas cidades de regiões remotas, como a Amazônia.

À medida que se aprofundavam as relações comerciais entre o Brasil e a França e a representação consular francesa ganhava em estabilidade nas principais cidades das províncias brasileiras, os agentes consulares e cônsules

⁶ O mais antigo relatório produzido sobre o Brasil, que pudemos localizar em Paris, é datado de 1823 e engloba informações sobre os principais gêneros de produção de catorze províncias brasileiras.

passaram a enviar relatórios mais freqüentes e detalhados. A eles cabia apontar aquilo que era necessário para desenvolver essas relações. Na década de 1880, um relatório anual era exigido pelos regulamentos, além de um boletim de informações comerciais, quinzenal ou mensal. Afora essa produção regular, uma série de relatórios específicos eram eventualmente produzidos, respondendo a demandas vindas do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

As informações regulares, e portanto imprescindíveis, enviadas à França, diziam respeito ao chamado movimento comercial e marítimo dos principais portos brasileiros. Assim, foram inúmeros os quadros de importação-exportação de mercadorias, e de entrada e saída dos navios que as carregavam, que foram minuciosamente elaborados com as informações então disponíveis.

Mas os boletins englobavam, também, notícias sobre os meios de transporte existentes, as formas de compra e venda de mercadorias, condições da marinha mercante no Brasil, estado geral da agricultura, incluindo notícias sobre plantação e perspectivas de colheitas, problemas climáticos, impostos, concorrência de mercadorias estrangeiras, mercados de consumo regionais para determinadas mercadorias francesas, mercados regionais fornecedores de matérias-primas, preços, câmbio, etc.

Ao lado de boletins e relatórios pertinentes aos portos mais importantes, outros trabalhos foram redigidos com o objetivo de fornecer elementos sobre províncias menos conhecidas, ou mesmo regiões inteiras, que poderiam interessar ao comércio francês.⁷

O fluxo de informações recolhidas no Brasil pela representação consular passava no seu outro extremo, na França, para uma rede de novos agentes, através da qual é possível perceber a quem se destinavam essas informações recolhidas e o papel que elas deviam desempenhar na expansão comercial francesa.

O material produzido pelos cónsules no Brasil, na forma de relatórios e boletins e enviados à Direção dos Consulados e Negócios Comerciais do Ministério das Relações Exteriores, eram transmitidos à Direção do Comércio Exterior, órgão do Ministério da Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos. Os trabalhos de estatística eram especialmente apreciados.⁸

Desta forma, uma massa de informações encontrava-se disponível no Ministério do Comércio, tanto maior quanto toda essa estrutura montada funcionava para os diferentes países nos quais atuavam os interesses comerciais franceses.

⁷ Observe-se que os relatórios e boletins consulares, assim como trabalhos diversos da mesma natureza, encontram-se, em Paris, distribuídos entre os acervos dos Archives du Ministère des Affaires Étrangères –na série Correspondance Consulaire et Commerciale– e dos Archives Nationales –especialmente na série F 12, Commerce et Industrie–, fonte de grande riqueza para pesquisas em história econômica da América Latina.

⁸ Na França, o Serviço de Estatística foi criado por Napoleão e, no decorrer do século XIX, teve um grande desenvolvimento.

Essa massa de informações era destinada aos industriais, comerciantes e negociantes em geral, objetora de informação própria rede montada, os quais entravam em contato com os ministérios diretamente ou através de câmaras de comércio.

Visava-se, especialmente, aprimorar as relações entre a produção de manufaturas francesas e o mercado consumidor brasileiro, e a necessidade de matérias-primas na França e a produção brasileira, de forma a garantir um perfeito conhecimento e aproveitamento das possibilidades que o Brasil oferecia. Neste sentido, estreitar os laços, dando-lhes maior racionalidade, principalmente entre industriais e negociantes franceses e as casas de comércio francesas no Brasil, que distribuía as mercadorias, era uma preocupação constante.

Com respeito à documentação consular, deve ser acrescentado que as informações colhidas pelos agentes consulares tiveram um papel importante na origem de uma literatura voltada para as possibilidades do Brasil como um dos mercados para a expansão comercial francesa, dirigida aos industriais e negociantes, literatura essa preciosa para pesquisas.⁹

⁹ Veja-se, na Bibliothèque Nationale de Paris, obras como: H. L. Muller, *Le commerce du globe: comptes de revient de marchandises échangées entre toutes les principales places du commerce du monde*, Alphonse Lemale, Havre, 1865; M. E. Gallés, *Considérations générales sur le commerce de la France avec l'Empire du Brésil, les états de la Plata et la République d'Haiti*, Gounouilhon, Bordeaux, 1861; Paul Walle, *Au Brésil, de l'Uruguay au rio S. Francisco*, E. Guilmoto, Paris, 1910; R. H. Geo, *Les intérêts franco-brésiliens. Nos milliards au Brésil. Illusion et réalités, conquet des marchés sudaméricains, condition du succès commercial*, Chronique Latine pour la défense des intérêts français en Amérique du Sud, Paris, 1919, e R. Hanicotte & G. Hanicotte, *Sociétés françaises et étrangères au Brésil. Moniteur des intérêts français dans l'Amérique du Sud*, L'Encyclopedie Nationale, Paris, 1909.

LA PRINCESA

ALHAJAS DE OCASION Y RELOJERIA

1A CALLE DE BOLIVAR NUM. 9

La casa de los
Mejores Precios
en México . . .



Relojes
Elgin y
Waltham



COMPRAMOS
Alhajas, Brillantes,
Perlas, Oro y
Platino
A LOS MAS ALTOS
PRECIOS.



FABRICAMOS Y REPARAMOS ALHAJAS, ESPECIALIDAD EN TRABAJOS DE PLATINO, EJECUCION PERFECTA.

ESTABLECIDOS EN 1909

Vigil y Cacho, Suer.